



NOTA TÉCNICA

Diretrizes Curriculares Nacionais: Qual o caminho para Educação Física?

Iransé Oliveira-Silva ¹
Ricardo Jacó de Oliveira ²
Juracy da Silva Guimarães ³

RESUMO:

A presente nota técnica problematiza as questões relativas às diretrizes curriculares nacionais referentes à área da Educação Física, sobretudo no que diz respeito à origem, aos documentos históricos relacionados à divisão da formação, e as evidências trazidas pelo projeto de Minuta do CNE. Além disso, apresenta elementos teórico-conceituais e evidências históricas acerca da Educação Física no Brasil. Após percorrer a gênese da construção da área, enfatiza-se o atual momento de incerteza sobre a formação, conclui-se que o caminho para a Educação Física passa por um entendimento entre as correntes ideológicas da área, e o alinhamento entre a formação e o mercado.

Palavras-Chave: Educação Física; Diretrizes Curriculares Nacionais; Formação inicial em Educação Física.

¹ Curso de Educação Física do Centro Universitário de Anápolis - UniEVANGÉLICA, Brasil. iranseoliveira@hotmail.com

² Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade de Brasília, Brasil. rjaco61@gmail.com

³ LabEsporte; Faculdade de Educação Física e Dança da Universidade Federal de Goiás, Brasil. juracyguimaraes@hotmail.com

GÊNESE DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL

Historicamente a vinda da família real Portuguesa para o Brasil foi um marco para a formação do sistema educacional no país, devido às ações promovidas na época, embora a efetivação do referido sistema tenha se dado no Império com a primeira constituição em 1824 (Oliveira 1999)

Quanto à Educação Física, sua vinculação ao sistema educacional surge inicialmente com preceito higienístico embora esta terminologia (i.e Educação Física) não tenha sido utilizada originalmente, e sim ginástica. Vale destacar que foi em 1851, com a reforma Couto Ferraz, que a “ginástica” passou a integrar os currículos escolares (Oliveira 1999), entretanto só houve destaque para esta área do conhecimento quando Rui Barbosa na década de 1880 começou a relatar que os povos mais adiantados do mundo utilizavam a “ginástica” como elemento obrigatório para formação dos jovens (Ramos 1982).

Por este motivo, e além de estar bem caracterizada na literatura, a Educação Física passou a ocupar um lugar de destaque na educação dos jovens brasileiros, e as escolas geralmente proporcionavam aos alunos três aulas semanais obrigatórias (Oliveira 1999, Ramos 1982, Gutierrez 1985, Marinho 1954), contudo, as primeiras escolas para formação em Educação Física no Brasil, foram criadas por militares (Benites et al. 2008, Ramos 1982), voltada prioritariamente para os soldados e suboficiais em processo de formação.

É recorrente na literatura que o sistema básico para formação em Educação Física teve como foco principal a licenciatura plena (Ramos 1982, Benites et al. 2008), pois era necessário formar professores para atuar com estes conhecimentos, tanto para o meio militar, quanto para o contexto escolar. Permanecendo com esta orientação até a década de 1980.

A história começou a mudar quando o Conselho Federal de Educação (CFE) publicou a resolução 03/1987, estabelecendo duas áreas de formação: o Bacharelado e a Licenciatura. Segundo Benites et al. (2008) esta divisão em duas subáreas se tornaria uma conquista, pois daria mais legitimidade a área em função da atuação profissional poder contar com formações específicas.

EVIDÊNCIAS SOBRE FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA: PERSPECTIVA HISTÓRICA CRONOLÓGICA

Nessa sessão apresentam-se as evidências acerca da divisão da formação, levando em consideração as questões práticas e documentais, deixando de relevar os aspectos econômicos, políticos e sociais que permearam as decisões que culminaram com a proposta de formação distinta.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) Nº 9394/1996 que trata da Educação Básica e Superior, definiu estratégias acerca da formação de docentes para atuar na educação básica (Brasil 1996). Sendo um importante passo na consolidação do processo de formação profissional, entretanto não mencionava qualquer restrição ao campo de atuação.

Na sequência, no início do século XXI, em 2001, o Conselho Nacional de Educação (CNE) por meio do parecer 09/2001 reduz o tempo para integralização das licenciaturas de 4 para 3 anos, e pede que as matrizes foquem na formação de professores para a educação básica.

Em 2002, o CNE aprova a Resolução CNE/CP Nº. 01/2002 instituindo as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para a formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena, apresentando princípios norteadores para o exercício profissional específico considerando a atuação em ambiente escolar. Levantando uma série de discussões acerca da formação e atuação dos egressos dos cursos de Educação Física.

Buscando esclarecer e definir detalhes para a formação em Educação Física, em 2004 o CNE apresenta a Resolução Nº 07/2004, instituindo as DCN específicas para o curso de Graduação em Educação Física, entendendo que as licenciaturas (i.e todas) já estavam norteadas pela Resolução CNE/CP Nº. 01/2002, entretanto estabelecem diferenças para a formação e indica campo de atuação (Brasil 2004).

Nesta perspectiva Freitas & Scherer (2014) destacaram que essas resoluções fizeram com que as Instituições de Ensino Superior (IES) reorganizassem seus currículos, destacando que as IES não deveriam oferecer currículo “generalista”, pois o curso de Licenciatura “ampliada” ou “generalista” só poderia ser ofertado de forma regular até 2005, e os documentos oficiais davam ciência disso (Brasil 2004).

É importante destacar que estas mudanças geraram diversas dúvidas e questionamentos acerca da área de atuação, as quais fizeram com que o MEC/CNE emitisse pareceres (CNE/CES Nº. 400/2005 [não homologado]), os quais apresentam visões divergentes. Além disso, a nota técnica 03/2010 e 387/2013 reiteram a distinção no campo de atuação, bem como na formação, além de atribuir ao MEC o papel de atuar nas diretrizes que concerne à formação acadêmica, e ao Conselho

profissional o papel de atuar nas diretrizes referentes ao exercício profissional. Todas estas informações, em alguns aspectos divergentes favoreceram o surgimento de ações judiciais que questionavam especificamente a relação entre formação e atuação profissional.

Depois de um período sem pareceres do MEC/CNE, em 2015 publica a resolução N°. 02/2015 ampliando o tempo de integralização das licenciaturas e a carga horária mínima para 3.200 horas. E com isso os cursos de licenciatura deveriam ser reorganizados para integralizar-se em 4 anos.

Em 11/12/2015 o CNE realiza uma audiência pública para discutir uma Minuta de Projeto de Resolução onde propõe a extinção do bacharelado em Educação Física, momento que houve muito debate, e a questão da formação em Educação Física distinta (i.e licenciatura e bacharelado) volta a ser o centro da discussão.

Em outra vertente, entretanto impactando na área da Educação Física, em 2016 é publicado o decreto N°. 8.752/2016 que possibilita ao bacharel (independente da área de formação) a possibilidade de fazer uma complementação pedagógica para atuar no ambiente escolar (Brasil 2016).

REFLEXÕES

As reflexões apresentadas nesta parte retrata uma visão acerca da questão da reunificação ou não dos cursos de formação em Educação Física. Em muitos momentos questionamentos serão feitos para que o leitor possa fazer a reflexão. Destacamos que a experiência que temos como docente, gestor e formador de opinião em instituição privada e pública podem contribuir para o debate e o melhor entendimento acerca da questão.

A Educação Física ao longo da sua história no Brasil conseguiu ocupar um lugar de destaque, tanto no meio educacional, por ser um conhecimento importante na formação do cidadão, como no ambiente além dos muros da escola em função da relação do exercício físico e da atividade física com a promoção da saúde.

O que se questiona preliminarmente é: uma formação única é capaz de capacitar um profissional para atuar em áreas distintas (i.e licenciatura e bacharelado)?

Esta é uma questão difícil para ser respondida. Farias & Nascimento (2012) destacam que a formação e a intervenção é um grande desafio, e acrescentaram que a escassez de estudos que consideram esta temática dificulta a tomada de decisão.

Na prática como docente, um dos autores teve a oportunidade de ser questionado por uma comissão do MEC em visa *in loco*:

- a) Como um docente com formação e atuação caracterizada para a licenciatura consegue ministrar a mesma disciplina para alunos da licenciatura e bacharelado com enfoque diferente?
- b) Como é possível formar um profissional para atuar em campos diferentes se boa parte das estratégias de formação contemplam apenas uma área de formação?
- c) Qual a inserção de mercado para o egresso?

Estes questionamentos fizeram com que o colegiado que atuava na época refletisse sobre as características do egresso que pretendia formar, e quais as características enquanto docente. Além disso, realizamos uma pesquisa de mercado que apontava uma inserção muito maior no campo do bacharelado que no campo da licenciatura. Contudo destaco que esta observação se deu levando em consideração o campo de atuação vigente indicado pelo próprio MEC (Brasil 2013).

É importante salientar que o campo de atuação continua inalterado em nossos dias, havendo maior inserção ao bacharel. Possivelmente devido à política educacional atual que valoriza as disciplinas básicas em virtude dos sistemas de avaliação de massa (i.e. Provinha Brasil; ENEM), e por sua vez diminuiu o tempo com as práticas corporais. Neste quesito é importante lembrar que a maior parte das escolas reduziram de 3 para 1 o número de aulas de Educação Física semanal ao longo dos últimos 20 anos. Reduzindo sobremaneira o campo de trabalho do professor de Educação Física na escola.

Já no campo do bacharelado, além da valorização apresentada pelas práticas corporais orientadas em decorrência das evidências científicas amplamente divulgadas pelos mais diferentes meios de comunicação, o Ministério da Saúde incluiu a Educação Física na área da saúde, ampliando possibilidades.

Quanto à característica de concepção do docente, é notório que a formação inicial (i.e. formação em nível superior) de qualquer profissional influencia na sua opção por uma ou outra área. Além disso, é importante destacar, como já nos alertava (Borges, 1998), que o profissional de educação física mobiliza em sua prática docente conhecimentos advindos de, pelo menos, quatro fontes de conhecimento: a formação inicial, os saberes da prática/experiência, a trajetória de vida e as condições de trabalho encontradas no segmento do mercado de trabalho que irá atuar. Dito de outra maneira, podemos deduzir que a influência exercida pela formação inicial bem como pela concepção dos professores formadores é significativa, mas não determinante em relação à opção do egresso.

Não entendemos esta questão de forma definitiva nem tampouco pejorativa, contudo percebemos que o professor assim como o gestor (i.e. coordenadores de curso, orientadores

acadêmicos, etc.) necessita de uma visão ampliada no que se refere ao perfil do egresso de cada uma das opções (i.e. licenciatura ou bacharelado) para a orientação mais adequada.

Com todas estas informações, dúvidas, pareceres e questionamentos, fica notória a crise instalada na formação em Educação Física (Medina 1983), bem como a reafirmação original das correntes ideológicas da área, as quais continuam um embate com a mesma disputa: A atuação na área.

Contudo seguimos com a questão: qual o caminho para a Educação Física?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caminho para a Educação Física passa por um entendimento entre as correntes ideológicas da área, e o alinhamento entre a formação e o mercado. Além disso, será necessário o desenvolvimento de estudos com metodologias capazes de apontar com exatidão as melhores estratégias para a formação, bem como apontar o quanto uma formação única poderá abarcar todo o campo.

REFERÊNCIAS

Benites LC, Souza Neto S, Hunger D 2008. O processo de constituição histórica das diretrizes curriculares na formação de professores de Educação Física. *Educação e Pesquisa* 34(2): 343-360.

Brasil 1987. *Fixa os mínimos de conteúdo e duração a serem observados nos cursos de graduação em Educação Física (Bacharelado e/ou Licenciatura Plena)*. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CFE nº 03/1987, de 16 de junho de 1987. Diário Oficial da União, Brasília, 10 de setembro de 1987, seção 1, nº 124, p. 8-12.

Brasil 1996. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional “Lei Darcy Ribeiro”*. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, Diário Oficial da União, 23 de dezembro de 1996, seção 1, página 27833.

Brasil 2001. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena*. Conselho Nacional de Educação. Parecer nº 09/2001, de 8 de maio de 2001. Brasília. Diário Oficial da União, 18 de janeiro de 2002, Seção 1, p. 31.

Brasil 2002. *Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena*. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 1, de 18 de fevereiro de 2002. Diário Oficial da União, Brasília, 4 mar. 2002. Seção 1, p.8.

Brasil 2004. *Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física, em nível superior de graduação plena*. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução nº 7, de 31 de março de 2004. Diário Oficial da União, Brasília, 05 abr. 2004. Seção 1, p.18.

Brasil 2005. *Consulta sobre a aplicação das Diretrizes Curriculares Nacionais Para a Formação de Professores da Educação Básica e das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física ao curso de Educação Física (licenciatura), tendo em vista a Resolução CONFEF nº 94/2005*. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Parecer nº 400, de 24 de novembro de 2005.

Brasil 2010. *Esclarecimentos acerca de cursos de Educação Física nos graus Bacharelado e Licenciatura*. Ministério da Educação. Nota Técnica 3/2010/CGOC/DESUP/SESu/MEC. Brasília, 5 de agosto de 2010.

Brasil 2013. *Educação Física: cursos de graduação, nas modalidades bacharelado e licenciatura. Dívidas mais frequentes*. Ministério da Educação. Nota Técnica nº 387/2013/CGLNRS/DPR/SERES/ MEC. Brasília, 21 de junho de 2013.

Brasil 2015. *Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada*. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº 02/2015, de 9 de junho de 2015. Diário Oficial da União, Brasília, 02 de julho de 2015, seção 1, p. 8-12.

Brasil 2015. *Minuta de Projeto de Resolução para audiência pública de 11/12/2015*. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Educação Física, Licenciatura. Brasília, dez. 2015.

Brasil 2016. *Dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica*. Decreto nº 8.752, de 9 de maio de 2016. Brasília, Diário Oficial da União, 10 de maio de 2016, seção 1, Página 5.

Farias GO, Nascimento JV 2012. *Construção da identidade profissional em Educação Física: da formação a intervenção*. Florianópolis-SC: Ed. da UDESC.

Freitas DS, Scherer A 2014. *A divisão do curso de Educação Física no Brasil e os impactos na intervenção profissional: a análise dos pareceres do conselho nacional de educação*. Anais do VII Congresso Sulbrasileiro de ciências do esporte. CBCE.

Gutierrez W 1985. *História da Educação Física*. 4ª.Ed. Porto Alegre: Coleção ESEF-IPA.

Marinho IP 1954. *História da educação física no Brasil*. Vol. 1-4. Ministério da Educação e Saúde, Divisão de Educação Física, Rio de Janeiro: DEF-M, pp.50.

Medina JPS 1983. *A Educação física cuida do corpo e "mente": bases para a renovação e transformação da educação física*. Campinas: Papirus.

Moreira WW 1992. *Educação Física e esportes: perspectivas para o século XXI*. Campinas: Papirus, pp.256.

Oliveira VM 1999. *O que é Educação Física*. 11ª Ed. São Paulo: Brasiliense, pp. 79.

Ramos JJ 1982. *Os exercícios físicos na história e na arte*. São Paulo: Ibrasa, pp. 348.

National Curricular Guidelines: What is the path to Physical Education?

ABSTRACT

This essay problematizes issues related to national curriculum guidelines concerning the area of physical education, especially with regard to the origin, the historical documents related to the division of training, and the evidence brought by the Draft Project CNE. Moreover, it presents theoretical and conceptual elements and historical evidence about the Physical Education in Brazil. After reviewing the

genesis of the construction area, we emphasize the current state of uncertainty about the formation, it is concluded that the way to physical education involves an understanding between the ideological currents of the area, and the alignment between the formation and the market.

Keywords: Physical Education; National Curriculum Guidelines; Initial training in physical education.

Submissão: 17/09/2016

Aceite: 10/11/2016